

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Instituição líder do conglomerado

**Demonstrações financeiras
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais do conglomerado prudencial	7
Demonstrações dos resultados do conglomerado prudencial	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido prudencial	9
Demonstrações dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Acionistas e aos Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa 2.1 – Base de apresentação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2.1 às referidas demonstrações.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às referidas demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco Andbank (Brasil) S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Aquisição do controle acionário

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional que descreve que em 08 de Janeiro de 2015 houve a aquisição do controle acionário do Banco. O plano de negócios do novo controlador, que estão descritos na mesma nota explicativa, consideram ações e medidas necessárias para a geração de resultados operacionais positivos e lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Andbank (Brasil) S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2.1, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e empresas consolidadas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e/ou empresas consolidadas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e empresas consolidadas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e empresas consolidadas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de novembro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Balancos patrimoniais do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2017	2016
Circulante		57.060	53.010	Circulante		45.970	35.111
Disponibilidades	3	896	251	Depósitos	12	35.892	22.283
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	22.744	44.350	Depósitos à vista		3.642	1.217
Aplicações no mercado aberto		22.744	44.350	Depósitos a prazo		32.250	21.066
Títulos e valores mobiliários	4	2.840	2.928	Relações interdependências	3	-	-
Carteira própria		2.696	2.928	Outras obrigações		10.075	12.828
Instrumento financeiro derivativo		144	-	Cobrança e arrecadação de tributos		993	483
Relações interfinanceiras		74	51	Negociação e intermediação de valores		3.921	4.420
Créditos vinculados		74	51	Fiscais e previdenciárias	13 a.	801	850
Operações de crédito		16.182	1.453	Diversas	13 b.	4.360	7.075
Setor público	6	276	-	Exigível a longo prazo		13.634	18.588
Setor privado	6	15.909	1.541	Depósitos	12	734	13.663
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	(3)	(88)	Depósitos a prazo		734	13.663
Outros créditos		11.227	879	Outras obrigações		12.900	4.925
Rendas a receber	8 a.	490	320	Fiscais e previdenciárias	13 a.	-	280
Diversos	8 b.	10.737	559	Diversas	13 b.	12.900	4.645
Outros valores e bens	10	3.097	3.098	Patrimônio líquido	17	98.722	90.394
Outros valores e bens		4.719	4.720	Capital		136.786	123.286
(Provisão para outros valores e bens)		(1.622)	(1.622)	De domiciliados no exterior		136.786	123.286
Realizável a longo prazo		83.775	77.220	Reserva de capital		95	95
Títulos e valores mobiliários	4	44.916	38.702	Ajustes de avaliação patrimonial		54	(17)
Carteira própria		24.246	28.744	Prejuízos acumulados		(38.213)	(32.970)
Vinculados a prestação de garantias		20.670	9.958				
Operações de crédito		26	11.177				
Setor público	6	26	-				
Setor privado	6	-	11.178				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	7	-	(1)				
Outros créditos		38.833	27.341				
Diversos	8 b.	38.833	27.341				
Permanente		17.491	13.863				
Investimentos		152	156				
Participações em controladas		152	150				
Outros Investimentos		-	6				
Imobilizado de uso	11 a.	5.673	3.796				
Outras imobilizações de uso		8.298	5.403				
(Depreciações acumuladas)		(2.625)	(1.607)				
Intangível	11 b.	11.666	9.911				
Ativos intangíveis		12.274	9.804				
Ágio na aquisição de investimentos		673	673				
(Amortizações acumuladas)		(1.281)	(566)				
Total do ativo		158.326	144.093	Total do passivo e do Patrimônio líquido		158.326	144.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Instituição líder do conglomerado

Demonstrações dos resultados do conglomerado prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota	2o. Semestre	Exercício	
		2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		16.074	28.121	66.517
Operações de crédito		2.648	4.890	47.753
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4 e.	13.295	23.100	18.764
Resultado de Operações de Câmbio		131	131	-
Despesas da intermediação financeira		(3.602)	(7.806)	(45.101)
Operações de captação no mercado		(3.604)	(7.621)	(46.376)
Constituição (Reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	2	(185)	1.275
Resultado bruto da intermediação financeira		12.472	20.315	21.416
Outras receitas/despesas operacionais		(14.543)	(26.415)	(27.263)
Receitas de prestação de serviços	17	4.923	8.747	10.272
Despesas de pessoal	18	(8.751)	(17.159)	(14.974)
Outras despesas administrativas	19	(10.198)	(17.968)	(14.888)
Despesas tributárias		(1.140)	(2.061)	(2.043)
Resultado de investimentos em controladas	23	(2)	3	(350)
Outras receitas operacionais	20	12.773	17.117	1.486
Outras despesas operacionais	21	(12.148)	(15.094)	(6.766)
Resultado operacional		(2.071)	(6.100)	(5.847)
Resultado não operacional		6	-	18
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(2.065)	(6.100)	(5.829)
Imposto de renda e contribuição social		857	856	(3.173)
Ativo fiscal diferido	9	6.300	6.300	(2.963)
Imposto de renda	22	(3.381)	(3.381)	(106)
Contribuição social	22	(2.062)	(2.063)	(104)
Prejuízo líquido do semestre / exercício		(1.208)	(5.244)	(9.002)
Quantidade de ações ordinárias		374.162.690	374.162.690	28.526.971
Prejuízo líquido por ação - R\$		(0,00323)	(0,01402)	(0,31556)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Instituição líder do conglomerado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		103.286	95	982	(23.968)	80.395
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(999)	-	(999)
Aumento de capital	16	20.000	-	-	-	20.000
Resultado do exercício		-	-	-	(9.002)	(9.002)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		123.286	95	(17)	(32.970)	90.394
Saldos em 1º de janeiro de 2017		123.286	95	(17)	(32.970)	90.394
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	71	-	71
Aumento de capital	16	13.500	-	-	-	13.500
Resultado do exercício		-	-	-	(5.243)	(5.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		136.786	95	54	(38.213)	98.722
Saldos em 1º de julho de 2017		136.786	95	(7)	(37.005)	99.869
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	61	-	61
Resultado do semestre		-	-	-	(1.208)	(1.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		136.786	95	54	(38.213)	98.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Instituição líder do conglomerado

Demonstrações dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2o. Semestre	Exercício	
		2017	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício / semestre		(1.208)	(5.244)	(9.002)
Depreciação e amortização	22	951	1.946	1.118
Resultado de investimentos em controladas	24	2	(3)	-
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	(2)	185	(1.275)
Provisão (Reversão) de passivo contingente	14	7.568	7.939	(1.092)
Amortização ágio		67	213	-
Atualizações monetárias		(256)	(561)	-
Ativo fiscal diferido	9	(6.300)	(6.300)	2.963
Resultado líquido ajustado		822	(1.825)	(7.288)
Variação de ativos e passivos				
		(5.077)	(26.852)	12.015
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários		32.789	(6.055)	(7.973)
Redução em relações interfinanceiras		(26)	(20)	(4)
(Aumento) Redução em operações de crédito		(1.962)	(3.763)	976
Aumento em outros créditos e outros valores e bens		(10.389)	(14.977)	15.004
(Redução) Aumento em depósitos		(24.220)	680	(4.892)
Aumento (Redução) em outras obrigações		(1.269)	(2.717)	8.904
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(4.255)	(28.677)	4.727
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de coligadas		1	7	(829)
Aquisição de intangível		(49)	(2.896)	(10.505)
Aquisição de imobilizado		(2.549)	(2.895)	(1.355)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.597)	(5.784)	(12.689)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento				
Aumento de Capital Social	16 a.	-	13.500	20.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		-	13.500	20.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(6.852)	(20.961)	12.038
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre		30.492	44.601	32.563
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/semestre	3	23.640	23.640	44.601
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(6.852)	(20.961)	12.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a transferência de controle acionário do Banco Bracce S.A. para o Andorra Banc Agrícola Reig S.A. “Andbank”, mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. “Banco” com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse seguimento a longo prazo. O Banco está atuando na realização de operações estruturadas e de Mercado de Capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de Registro de Operações, Custódia, Agente de Pagamento, Conta vinculada, entre outros.

Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. (anteriormente denominada LLA Holding Financeira Ltda.) que detém 99,99% do controle acionário da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (anteriormente denominada LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), passando, portanto, a focar na área de gestão de patrimônio, foco de atuação do controlador do resto do mundo. O Banco está em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Suportado por um plano de negócios, a Andbank DTVM Ltda (empresa controlada pelo Banco) efetuou a migração de suas atividades operacionais para o Banco Andbank (Brasil) S.A. Esse plano de negócio já está em vigor, haja vista a transferência dos serviços de intermediação e custódia a partir do dia 2 de abril de 2018 para Banco. Vide nota 27 referente a informações adicionais sobre a reestruturação operacional.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e possibilitará ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição (vide nota 27).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em dezembro de 2017 o Banco Andbank (Brasil) S.A. (líder do conglomerado) e sua controlada indireta Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (99,99% de participação da Andbank financeira Ltda.), vide reorganização societária na nota 28.

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução CMN nº 4.280 de 31 de outubro de 2013 e Circular do Banco Central nº 3.701 de 31 de março de 2014 que, estabelecem procedimentos para a elaboração, a divulgação e a remessa ao BACEN destas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pela diretoria em 21 de outubro de 2019.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

2.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.2.5 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.7 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.8 Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.9 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Administração não reconheceu perdas por “*impairment*”, exceto no consolidado por outros investimentos.

2.2.10 Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A administração do Banco, baseada em Plano de Negócios, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.2.11 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.12 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.13 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.14 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.15 Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado com base nas projeções de resultado anual e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.16 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.17 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

2.2.18 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

2.2.20 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial e a data de autorização para a sua emissão (vide nota 27). São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.21 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	466	251
Disponibilidade em moeda estrangeira	430	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	22.744	44.350
Total	23.640	44.601

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D + 1, formado pelo montante de aplicações de recursos proprietários no valor de R\$ 3.593 (R\$ 39.930 em 2016) e pelo montante de aplicações – conta de terceiros no valor de R\$ 19.151 (R\$ 4.420 em 2016).

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro 2017 e de 2016, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estavam classificados nas categorias “Títulos para negociação” e “Títulos disponíveis para venda”, assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários

	2017			2016		
	Custo atualizado	Valor contábil/mercado (i)	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/mercado	Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria						
Debêntures	5.633	5.630	(3)	6.360	6.360	-
Cotas de fundos de investimentos (iii)	-	-	-	676	676	-
Subtotal	5.633	5.630	(3)	7.036	7.036	-
Vinculados à prestação de garantias						
Cotas de fundos de investimentos (ii) (iii)	2.696	2.696	-	-	-	-
Subtotal	2.696	2.696	-	-	-	-
Total	8.329	8.326	(3)	7.036	7.036	-
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	19.676	19.678	2	14.963	14.949	(14)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	110	111	1
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.636	1.634	(2)	5.896	5.896	-
Letra Financeira Subordinada (LFSN)	-	-	-	3.680	3.680	-
Subtotal	21.312	21.312	-	24.649	24.636	(13)
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.534	6.534	-	7.819	7.817	(2)
Notas do Tesouro Nacional	11.449	11.440	(9)	-	-	-
Certificado de Depósito Interfinanceiro	-	-	-	2.141	2.141	-
Subtotal	17.983	17.974	(9)	9.960	9.958	(2)
Total	39.295	39.286	(9)	34.609	34.594	(15)
	47.624	47.612	(12)	41.645	41.630	(15)

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são as LFT's, as NTN's e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios e de terceiros a título de operações de correspondente bancário.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.
- (iv) Em dezembro de 2017 houve a reclassificação das LFTs e NTN's para “títulos disponíveis para venda”, anteriormente classificadas como “títulos para negociação”.

b. Diversificação por prazo - Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Sem vencimento	2.696	2.817
A vencer até 360 dias	-	111
A vencer acima de 360 dias	44.916	38.702
Total	47.612	41.630

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2017, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

	2017			2016	
	Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Valor justo
Termo de moedas (NDF)					
PTAX x REAL	134.432	482	(338)	144	-
Contratos de futuro					
Dólar	125.543	-	-	-	-
Total	-	482	(338)	144	-

d. Diversificação por prazo - Instrumentos financeiros derivativos

	2017	2016
Até 3 meses	144	-
	144	-

e. Resultados reconhecidos de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2º. Semestre	2017	2016
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	1.313	4.453	6.397
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	3.917	7.975	12.367
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	13.781	17.809	-
Resultado sobre contrato de futuro	(5.716)	(7.136)	-
Total	13.295	23.100	18.764

(a) O total de ajuste negativo, de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ 338 (2016 - zero).

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	2017	2016
Cédulas de crédito bancário (CCB)	16.211	12.719
Total	16.211	12.719
Operações de crédito no ativo circulante	16.185	1.541
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	26	11.178

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2017				2016			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	15.959	98,45	-	-	396	3,15	143	100
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	377	2,99	-	-
De 181 a 360 dias	226	1,39	-	-	625	4,97	-	-
Acima de 360 dias	26	0,16	-	-	11.178	88,89	-	-
Total	16.211	100,00	-	-	12.576	100,00	143	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	2017		2016	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público				
Outros serviços	302	1,86	-	-
Setor privado				
Outros serviços	210	1,30	1.749	13,75
Pessoas físicas	15.699	96,84	10.970	86,25
Total	16.211	100,00	12.719	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2017		2016	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	15.699	96,84	10.970	86,25
Demais devedores	<u>512</u>	<u>3,16</u>	<u>1.749</u>	<u>13,75</u>
Total	<u>16.211</u>	<u>100,00</u>	<u>12.719</u>	<u>100,00</u>

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	2017				2016		
	% provisão	Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	15.699	-	15.699	-	10.970	-
A	0,5	512	-	512	3	1.478	8
E	30,00	-	-	-	-	271	81
Total		<u>16.211</u>	<u>-</u>	<u>16.211</u>	<u>3</u>	<u>12.719</u>	<u>89</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram registradas baixas de crédito para prejuízo no montante de R\$ 271 (2016 – R\$ 0) e foram renegociadas operações de crédito, no montante de R\$ 299 (2016 - R\$ 191).

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2017	2016
Saldo Inicial	89	2.141
Constituição de provisão	191	92
Reversão de Provisão (a)	(6)	(2.144)
Credito baixado para prejuízo	<u>(271)</u>	<u>-</u>
	<u>3</u>	<u>89</u>

- (a) Refere-se basicamente a reversão da provisão de operação de crédito. Em 15 de março de 2016 foi efetuado um acordo para o qual foi feito pagamento parcial no valor de R\$ 808 e em 22 de dezembro de 2016 foi finalizado o acordo e realizado pagamento no valor de R\$ 1.302 totalizando o valor de R\$ 2110.

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2017	2016
Comissões e Corretagens a receber (a)	<u>490</u>	<u>320</u>
Total	<u>490</u>	<u>320</u>
Ativo circulante	490	320

- (a) Refere-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos.

b. Diversos

	2017	2016
Créditos Tributários (nota 9)	32.068	25.768
Devedores por depósito em garantia (b)	12.955	819
Partes relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 15)	3.629	98
Devedores diversos	376	453
Impostos e contribuições a compensar (a)	480	753
Outros	61	9
Total	49.570	27.900
Ativo circulante	10.737	559
Ativo realizável a longo prazo	38.833	27.341

- (a) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.
- (b) Refere-se substancialmente a depósitos um depósito cível de cumprimento provisório de aproximadamente R\$ 12.400.

9 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores, emanada pelo CNM, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições (redação dada pela Resolução nº 3.355/06):

- (i) Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- (ii) Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Backoffice e Frontoffice, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Adicionalmente, em julho de 2017, o Banco aderiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o pagamento de um processo da Receita Federal com relação à dívidas referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido referentes ao biênio 2009 – 2010, época na qual o Banco ainda não era controlado pelo Andbank.

Em dezembro de 2018, o Banco realizou a consolidação do programa através do consumo de R\$ 31.356 de base negativa da Contribuição Social, acarretando na utilização de R\$ 6.271 do crédito tributário.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e suas controladas e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2016 Individual e Consolidado	Constituição	Realização	Saldo 31/12/2017 Individual e Consolidado
Adições temporárias				
Provisão Contingência Trabalhista	51	330	(25)	356
Provisão Devedores Duvidosos	784	-	(86)	698
Processos Cíveis	2.040	480	-	2.520
Outras adições temporárias	73	4	-	77
Ajuste Valor de Mercado (TVM) - Positivo	(366)	-	(39)	(405)
Ajuste Valor de Mercado (TVM) - Negativo	283	68	-	351
Ágio	-	96	-	96
Prejuízo fiscal compensável e base negativa, respectivamente	<u>22.903</u>	<u>5.694</u>	<u>(222)</u>	<u>28.375</u>
Total	<u>25.768</u>	<u>6.672</u>	<u>(372)</u>	<u>32.068</u>

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 20,8% no 1º ano, 0,5% no 2º ano, 1,4% no 3º ano, 4,1% no 4º ano, 7,6% no 5º ano, 11% no 6º ano, 15,3% no 7º ano e 39,3% no 8º, 9º e 10º anos (período inferior a 10 anos).

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, em 31 de dezembro de 2017, o valor presente é de R\$ 22.327 (2016 - R\$ 16.609).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco possui o montante de R\$ 32.087 ativado referente ao crédito tributário (R\$ 25.769 em 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco não possui crédito tributário não ativado (R\$ 3.519 em 2016).

10 Outros valores e bens

Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis, terrenos e veículos recebidos em dação de pagamento.

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

		<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	Taxa de depreciação	Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.282	(777)	3.505	1.246
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.633	(1.710)	1.923	2.336
Veículos	10%	280	(131)	149	204
Equipamentos de segurança	20%	<u>103</u>	<u>(7)</u>	<u>96</u>	<u>10</u>
Total		<u>8.298</u>	<u>(2.625)</u>	<u>5.673</u>	<u>3.796</u>

b. Ativos intangíveis

		2017		2016	
	Taxa de amortização	Intangível	Amort. acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis (a)	10%	12.274	(1.068)	11.206	9.238
Ágio na aquisição de investimentos (b)		673	(213)	460	673
Total		12.947	(1.281)	11.666	9.911

- (a) Refere-se ao custo de transformação tecnológica do banco, para configuração e parametrização inicial, definição e execução dos testes individuais e integrados dos novos sistemas.
- (b) No consolidado, refere-se ao ágio, baseado em expectativa de rentabilidade futura, da aquisição da LLA Holding Financeira Ltda. - conforme nota 23.

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

	2017			2016
Vencimentos	À vista	A prazo não ligadas	Total	Total
Sem vencimento	3.642	-	3.642	1.217
Até 30 dias	-	1.178	1.178	50
De 31 a 60 dias	-	15.997	15.997	298
De 61 a 90 dias	-	389	389	1.490
De 91 a 180 dias	-	454	454	2.676
De 181 a 360 dias	-	14.232	14.232	16.552
Acima de 360 dias	-	734	734	13.663
Total	3.642	32.984	36.626	35.946
Passivo circulante			35.892	22.283
Passivo exigível a longo prazo			734	13.663

b. Composição por segmento de mercado

	2017			2016
Composição	À vista	A prazo	Total	Total
Entidades ligadas	1.693	-	1.693	1.637
Governo	20	-	20	570
Pessoas físicas	667	16.986	17.653	11.205
Pessoas jurídicas	1.262	15.998	17.260	22.534
Total	3.642	32.984	36.626	35.946

c. Concentração por depositantes

Concentração	2017			2016
	À vista	A prazo	Total	Total
10 maiores	3.402	32.612	36.014	21.664
50 seguintes	240	372	612	12.981
Demais	-	-	-	1.301
Total	3.642	32.984	36.626	35.946

13 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições a recolher	801	850
Provisão para riscos fiscais (nota 14) (a)	-	280
Total	801	1.130
Passivo circulante	801	850
Passivo exigível a longo prazo	-	280

- (a) Conforme Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016, a rubrica para “Provisão para riscos fiscais” foi reclassificada de “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias” para “Outras obrigações - Diversas”.

b. Diversas

	2017	2016
Provisão para passivos contingentes (nota 14)	12.900	4.645
Despesas de pessoal	3.453	3.317
Credores diversos (a)	300	2.558
Fornecedores	409	1.184
Aquisição de Bens	198	4
Outros	-	12
Total	17.260	11.720
Passivo circulante	4.360	7.075
Passivo exigível a longo prazo	12.900	4.645

- (a) Refere-se a basicamente a provisão de contingências judiciais prováveis relacionadas ao antigo acionista. O saldo está provisionado e apresentado como saldo a receber na nota 8b. - Devedores diversos.

14 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i) (iv)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2017	316	4.532	113	4.961
Movimentação do exercício refletida no resultado	<u>6.194</u>	<u>1.068</u>	<u>677</u>	<u>7.939</u>
Atualização / encargos	9	1.078	801	1.888
Reversão	(154)	(1)	(113)	(268)
Pagamento	-	-	(10)	(10)
Saldo Final 31/12/2017	<u>6.510</u>	<u>5.600</u>	<u>790</u>	<u>12.900</u>

Depósitos em garantia de recursos em 31/12/2017 **12.955**

- (i) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 37 (R\$ 35 em 2016), e de base de ISS no montante de R\$ 130 (R\$ 122 em 2016). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Refere-se principalmente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.
- (iii) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (iv) Refere-se a constituição no montante de R\$ 6.339 devido a dívida perante a Receita Federal do Brasil. Em julho de 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT – Lei 13.496/2017 e IN 1.752).

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados à Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2017	2016
Cíveis	5.960	4.532
Trabalhistas	7.120	113
Fiscais	<u>12.076</u>	<u>280</u>
Total	25.156	4.925

15 Partes relacionadas

O Banco possuía como controladora direta a Andbank (Brasil) Holding Ltda. e indireta o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuíam outras empresas as quais eram consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- Andbank Participações Ltda.
- Andbank Wealth Participações Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

Em 2019 o Grupo Andbank no Brasil passou por uma reestruturação societária, conforme mencionado na nota 27.

São consideradas pessoas-chaves do Banco sua diretoria executiva e os mesmos receberam de remuneração o montante de R\$ 470 no exercício de 2017 (R\$ 673 em 2016).

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: Andbank Bahamas, AndPrivate Wealth S.A. e Andbank Luxemburgo.

O Banco individual manteve no exercício saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2017		2016	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Banco Andbank S.A.				
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	6	92	3	28
Valores a pagar	-	(1)	-	(44)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	134	706	17	101
Valores a pagar	-	(7)	-	(404)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Instrumento Financeiro Derivativo	144	17.809	-	-
Valores a receber	3.002	3.002	-	-
Andbank DTVM Ltda.				
Valores a receber	298	3.469	39	276
Valores a pagar	(5)	(1.192)	(1.077)	(4.432)
Andbank Holding Financeira Ltda.				
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	1.693	-	-	-
Depósito a Prazo	-	-	(1.637)	-

	2017		2016	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Bahamas				
Valores a receber	10	137	-	-
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a receber	119	465	-	-
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber	393	393	-	-
Total Instrumento Financeiro Derivativo	144	17.809	-	-
Total a receber - Outros Créditos Diversos	960	8.264	59	405
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	-	(1.200)	(1.077)	(4.880)
Total Depósito a Prazo	-	-	(1.637)	-
Total Depósito à Vista	1.693	-	-	-

Em maio de 2017 foi efetuada a atualização do contrato de rateio das empresas do grupo.

Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

16 Patrimônio líquido do Banco (instituição líder)

a. Capital Social

Em 21 de março de 2017 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 13.500 com emissões de 26.013.867 novas ações. Em 31 de março de 2017 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 está composto por 200.197.809 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 20 de janeiro de 2016 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 20.000 com emissões de 28.256.971 novas ações. Em 26 de fevereiro de 2016 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil. O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2016 está composto por 174.183.942 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco não constituiu reservas de lucros em face do saldo do prejuízo acumulado.

17 Receitas de prestação de serviços

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	2017	2017	2016
Rendas de intermediação	2.099	3.450	3.698
Rendas de custódia	455	945	798
Remuneração operação estruturada (a)	2.360	4.330	5.748
Tarifas bancárias	9	22	28
Total	<u>4.923</u>	<u>8.747</u>	<u>10.272</u>

(a) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	2017	2017	2016
Proventos	5.641	10.620	9.063
Encargos Sociais	1.544	3.429	2.780
Benefícios	1.268	2.378	2.180
Pró-labore	144	470	839
Remuneração de estagiários	107	193	75
Treinamento	47	69	37
Total	<u>8.751</u>	<u>17.159</u>	<u>14.974</u>

19 Outras despesas administrativas

	2º semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Serviços do sistema financeiro (a)	1.159	1.891	2.248
Serviços de terceiros	242	450	307
Serviços técnicos especializados (b)	4.748	7.152	7.041
Aluguéis	579	1.178	1.022
Comunicações	479	918	884
Processamento de dados	2.131	4.651	1.780
Transporte	29	52	68
Publicação	10	117	121
Viagens	96	131	158
Outras	-	1.428	1.159
Total	10.198	17.968	14.888

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
- (b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.

20 Outras receitas operacionais

	2º semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Recuperação de despesas (c) (d)	10.350	11.474	18
Exportação (e)	1.839	3.061	-
Reversão de provisões operacionais (a)	429	1.965	1.222
Variações monetárias ativas	55	360	19
Interbancária	4	6	6
Outras receitas operacionais (b)	96	251	221
Total	12.773	17.117	1.486

- (a) Refere-se a contrato firmado com a matriz sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.
- (b) Refere-se substancialmente a despesas pagas pelo Banco Andbank e pela LLA DTVM e que serão reembolsadas pela matriz.
- (c) Em julho de 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT – Lei 13.496/2017 e IN 1.752) perante a Receita Federal do Brasil. Nesse processo, foi reconhecida uma receita de aproximadamente R\$ 7.500 referente ao desconto de multa e juros.
- (d) Recuperação de despesa no montante de R\$ 3.158 referente a conta escrow SPA BP, a qual tratava de contingenciais judiciais.
- (e) Rendas decorrente de operações de Finder Fee e SLA.

21 Outras despesas operacionais

	2º semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Amortizações e depreciações	1.018	2.159	1.118
Variação monetária passiva (f)	1.544	2.223	639
Baixos de depósitos judiciais (c)	197	695	285
Despesa com operação descontinuada (d)	-	476	1.000
Interbancária	23	34	14
Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (a)	22	22	1.228
Programa especial de regularização tributária – PERT (e)	9.262	9.262	-
Outras (b)	82	223	2.482
Total	12.148	15.094	6.766

- (a) Em 2016, refere-se a despesa com provisão com ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito.
- (b) Em 2016, refere-se a provisão referente a operações vinculadas com a Nu Pagamentos, a provisão foi constituída devido o crescimento da carteira de operações.
- (c) Refere-se a baixa de depósitos judiciais.
- (d) Refere-se a despesa pela rescisão contratual com a Nu Pagamentos.
- (e) Em julho de 2017, o Banco aderiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o pagamento de um processo da Receita Federal do Brasil. O montante de R\$ 9.262 refere-se a despesas com juros e multa.
- (f) Refere-se principalmente as atualizações monetárias dos processos contingenciais.

22 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes da tributação e participação estatutária	(6.100)	(5.829)	(6.100)	(5.829)
Efeitos das adições/exclusões				
Adições permanentes	8.611	2.256	7.821	2.256
Exclusões definitivas	(646)	(3.977)	(646)	(3.977)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	1.865	(7.550)	1.075	(7.550)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(560)	-	(323)	-
Ativo fiscal diferido	2.236	408	4.064	2.555
Base de cálculo	1.306	(7.550)	753	(7.550)
Alíquotas efetivas				
Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	295	106	-	-
Contribuição social corrente - 20%	-	-	151	104
Programa especial de regularização tributária	3.086	-	1.912	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social	3.381	106	2.063	104

Em julho de 2017, o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT – Lei 13.496/2017 e IN 1.752) perante a Receita Federal do Brasil. Nesse processo, foi reconhecida a dívida de R\$ 4.998 referentes aos dois tributos (Imposto de Renda e Contribuição social), apresentados nas “Demonstrações de Resultados”.

23 Participações em Controladas

O valor do investimento de R\$ 152 (R\$ 150 em 2017) representa a parcela residual do investimento na controlada direta LLA Holding Financeira Ltda, representado pelo patrimônio líquido em 31/12/2017 de R\$ 333 (R\$ 1.415 em 2017) descontada do valor do patrimônio líquido da controlada indireta, eliminada para fins de consolidação prudencial, Andbank DTVM, no valor de R\$ 181 (R\$ 1.265 em 2017).

Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da LLA DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. No consolidado, o saldo do ágio, incluindo sua amortização, está apresentado na nota 12b. como intangível.

A controlada LLA Holding Ltda. através da LLA DTVM “Distribuidora”, concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Abaixo apresentamos um resumo das informações contábeis da controlada:

	LLA Holding Financeira 2017	LLA DTVM 2017
Saldos de Balanço em 31.12.2017		
Disponibilidade	-	290
Aplicações Interfinanceiras	-	3.600
Títulos e Valores Mobiliários	154	-
Outros Créditos	-	718
Permanente	<u>182</u>	<u>103</u>
Total do Ativo	<u>336</u>	<u>4.711</u>
Outras Obrigações	3	4.530
PL	<u>333</u>	<u>181</u>
Total do Passivo	<u>336</u>	<u>4.711</u>

Demonstrações dos Resultados em 31.12.2017	LLA Holding Financeira 2017	LLA DTVM 2017
Receitas com intermediação financeira	14	978
Resultado com tít. e valores mobiliários	14	978
Resultado de Investimento	(1.084)	-
Outras receitas/despesas operacionais	(8)	(1.120)
Receitas de prestação de serviços	-	2.358
Despesas de pessoal	-	(2.014)
Despesas administrativas	(2)	(1.248)
Despesas tributárias	(6)	(22)
Outras receitas operacionais	-	82
Outras despesas operacionais	-	(276)
Resultado antes da tributação sobre o resultado	(1.078)	(142)
Imposto de renda e contribuição social	(3)	(1)
IR e CS	(3)	(1)
Prejuízo líquido do exercício	(1.081)	(143)

24 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a LLA DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Banco Prudencial é de 27,91% (38,02% em 2016).

	2017	2016
Capital Principal antes das deduções	137.875	124.810
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	74.354	57.774
Patrimônio de Referência (PR)	63.521	67.036
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	42.467	49.625
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	21.054	17.411

- b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 327.546 (R\$ 427.874 em 2016).
- c. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.

- d. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente.

25 Estrutura de gerenciamento de riscos

Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008, a Resolução nº 3.380/06 passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional. Para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo *Asset and Liability Committee* - ALCO.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do Banco. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

Gerenciamento do risco de crédito

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são

apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

Gerenciamento do risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco.

26 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

27 Eventos subsequentes

O Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018. A Triar também desenvolve atividades de gestão de patrimônios, consultoria financeira e distribuição de ativos financeiros para clientes de alta renda. Desde a vigência do acordo até setembro de 2019, a Triar recebeu o montante de R\$ 17.677.

Em 30 de outubro de 2018 foi deliberado o aumento do capital do Banco Andbank no valor de R\$ 84.359 com emissões de 173.964.881 novas ações. Em 8 de novembro de 2018 ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil.

Conforme Ata da assembleia geral extraordinária de 15 de fevereiro de 2019, a Administração do Banco Andbank aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda.. Na mesma data, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social da Andbank Distribuidora passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.. A data base das incorporações foi de 30 de junho de 2018 e foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

Banco Andbank (Brasil) S.A.
*Demonstrações financeiras
do conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2017*

A seguir demonstramos os valores de incorporação da Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda, pelo Banco Andbank Brasil S.A., referente a data base de 30 de junho de 2018 e das variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	92	389
Títulos e Valores Mobiliários	385	(385)
Outros Créditos	95	5
Permanente	3.411	(101)
Total do Ativo	3.983	(92)
Outras Obrigações	-	(1)
Patrimônio Líquido	3.982	(91)
Total do Passivo	871	898

A seguir demonstramos os valores de incorporação da Andbank Financeira Ltda, pela Andbank Distribuidora Ltda., referente a data base de 30 de junho de 2018 e das variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	30.06.2018	15.02.2019
Disponibilidade	-	152
Títulos e Valores Mobiliários	156	(156)
Outros Créditos	-	3
Total do Ativo	156	(1)
Outras Obrigações	1	(1)
Patrimônio Líquido	155	-
Total do Passivo	156	(1)

Em julho de 2019, o Andbank assinou um acordo operacional de exclusividade com a Capital Investimentos, casa independente que faz distribuição de fundos há mais de 20 anos e reúne cerca de R\$ 3 bilhões em gerenciamento de ativos. Com o fechamento do acordo o Banco aumentará significativamente os recursos sob sua distribuição. Até setembro 2019, a Capital recebeu o montante de R\$ 4.809.